



# Anais da Assembléia

Nº 151

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 14 DE DEZEMBRO DE 1994

ANO XX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - PTB

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASÍLIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PSDB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR  
PFL ..... Deputado NELSON GARCIA  
PDT ..... Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA  
PTB ..... Deputado ERONDY SILVÉRIO  
PSDB ..... Deputado HEINZ GEORG HERWIG  
PT ..... Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO  
PL ..... Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO  
PP ..... Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 12:** Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiele Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 11:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duílio Genari; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT - 07:** Algaci Ormário Túlio - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB - 03:** Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB - 12:** Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL - 01:** José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

**4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 12.<sup>a</sup> SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 1994**

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Djalma de Almeida César e Cleiton Kielse.

As dezessete horas e cinquenta minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Her- mas Brandão, Anibal Khury, Dirceu Manfri- nato, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Duílio Genari, Ernani Pudell, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Albor- ghetti, Nilton Barbosa, Ovídio Constanti- no, Paulo Maia, Renato Adur, Severino Fé- lix, Toti Colaço (24).

Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Geraldo Cartário, Basílio Za- nusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Carlos Si- mões, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Beli- nati, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz An- tonio Setti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacenti- ni, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Servo, Plauto Miró Guima- rães e Rossoni (30).

Verificada a existência de número le- gal, o Senhor Presidente declara aberta a presente

**SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nos- sos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Tendo em vista o disposto no Artigo 84, que permite ao Presidente, convocação de offi- cio, sessões extraordinárias, solicito a leitura da Ata da sessão anterior. **Em vo- tação.**

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados da aprovação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A me- sa defere e irá proceder à chamada no-

nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

Vinte Senhores Deputados responderam a chamada.

Não há "quorum" para deliberação, so- mente para prosseguimento da sessão.

A Presidência encerra a discussão das matérias constantes da Ordem do Dia desta Sessão Extraordinária; todas elas têm sua discussão encerrada.

**ITEM 01**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 755/93, de autoria do Deputado Alceu Swarowski, que autoriza o Poder Executivo a dispor sobre a elaboração das folhas de pagamento dos servidores aposentados. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Encerrada a discussão.**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

PROJETO DE LEI N° 755/93

EMENDAS N°s 01 E 02

**P A R E C E R:**

Chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça não encontrou nada que pudesse obstar a apreciação pelo duto Plenário das emendas de n°s 01 e 02 ao Projeto de Lei n° 755/93.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

**ITEM 02**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO DO PROJETO DE LEI N° 225/94, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese, que torna obrigatória a apresentação do certificado de garantia estadual, forneci- do pela Associação das Retíficas de Moto- res do Estado do Paraná - AREMOPAR, nas licitações públicas realizadas pelo Gover- no do Estado do Paraná, e dá outras provi- dências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Encerrada a discussão.**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

PROJETO DE LEI N° 225/94

EMENDA N° 01

**P A R E C E R:**

A emenda de Plenário n° 01, de autoria do Deputado Renato Adur ao Projeto de Lei n° 225/94, encontra-se conforme, tanto re- gimental quanto constitucionalmente, para ser apreciada pelo duto Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 13.12.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

**ITEM 03**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

594/93, de autoria do Deputado Nereu Moura, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Assis Gurgacz. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. n° 139/93, de 06.10.93)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 594/93  
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Assis Gurgacz.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 12.12.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

Apoiamento: José Arthur Ritti, Nelson Garcia, Dalton Machuca, João Iensen, Arlindo Troian, Ernani Pudell, Caíto Quintana, Costenaro Neto, Alceu Swarowski, Nilton Barbosa.

ITEM 04

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 338/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que altera a composição do Colegiado instituído pela Lei n° 4978, de 05 de dezembro de 1964. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Encerrada a discussão. (Publ. no D. A. n° 120, de 17.10.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 338/94

P A R E C E R:

A proposição em tela visa alterar a composição do colegiado, instituído pela Lei n° 4.978 de 05/12/64. A alteração acresce dois membros ao colegiado. O primeiro, a ser indicado pela Associação dos Municípios do Paraná, em não contrapõe a constitucionalidade, visto a prerrogativa institucional do legislativo, em propor alterações em leis, mesmo originárias do Executivo, desde que observada a vedação disposta no art. 68 da Constituição do Estado, como bem procede o projeto em análise.

Neste sentido, a proposição vem de encontro à nova realidade de autonomia municipal, bem como atende ao processo de municipalização do ensino no Estado. Contudo, quanto a lei vigente e que se pretende alterar pelo presente projeto, há uma discordância com relação ao "caput" do art. 71 da 4.978/64, onde preconiza que a composição do colegiado será composta por representantes que detenham notável saber e experiência em matéria de educação, que não é o caso da Associação dos Municípios do Paraná.

Entretanto, como ainda não está em vigor o Conselho Municipal de Ensino, disciplinado pela Lei de Diretrizes e Bases, que atualmente encontra-se em tramitação no Senado Federal, entendemos que, em consideração à autonomia municipal anunciada pela Carta Federal, e até a entrada em vigor da LDB, juridicamente pode-se incluir a Associação dos Municípios do Paraná para indicar membro integrante do Colegiado, como objetiva o projeto em análise.

Quanto ao segundo membro a ser indicado pela Assembléia Legislativa do Paraná, discordamos do envolvimento deste Poder, em vista de seu papel institucional, como órgão fiscalizador; devendo portanto ser considerado impedido de indicar qualquer membro ao Colegiado, sob pena de suspeição.

Como a matéria mais condiz com uma entidade vinculada e representativa nos meios educacionais, e por uma maior proximidade com a Educação e em nome do Estado de Direito Democrático e participativo, cremos ser mais coerente com o escopo do art. 71 da lei supra citada, a indicação pela APP - Sindicato dos Professores das Redes Públicas Estadual e Municipais do Paraná.

Ante ao exposto, apresentamos a emenda anexa, a qual fica condicionada a emissão de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ERNANI PUDELL - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 338/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade alterar a composição do colegiado instituído pela Lei n° 4978, de 05 de dezembro de 1964.

Analizando a matéria, esta Comissão de Constituição e Justiça, por entender que a matéria proposta precisaria de melhores e aprofundados estudos para modificar a referida lei, somos, no momento, pelo parecer contrário à modificação proposta.

Sala das Comissões, em 14.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 338/94

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 338/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, tem como objetivo alterar a composição do órgão coletivo criado pela Lei n° 4.978/64.

Em seu parecer, o relator manifestou-se contrário à modificação proposta, alegando necessidade de melhores e mais aprofundados estudos. Ora, tal fato não cor-

responde com a realidade, porque há mais de 10 (dez) anos este assunto tem sido objeto de estudos por parte de grandes pesquisadores e tem se insistido - de um lado - na necessidade de se acolher representantes dos sistemas estadual e municipal de ensino no Colegiado, bem como indicações das escolas privadas e filantrópicas.

Ante a ausência de manifestação a respeito, tem-se que a proposição adotada pelo Relator dever estar fulcrada no fato de a matéria estar reservada privativamente, por força constitucional, ao chefe do Poder Executivo, o que faz a matéria dobrar-se em dois aspectos distintos, porém interligados entre si.

Um se refere à alteração da composição do Colegiado, outro se refere à natureza das funções desenvolvidas pelos titulares do Colegiado, ante o fato de poderem perceber quando da sua participação nas reuniões, transporte, diária ou jeton de presença, conforme parágrafo 4º, do artigo 10, do Decreto nº 1102/87.

No entanto, em sendo estas as motivações que levaram o Relator a opinar contrariamente à modificação proposta, temos que o parecer exarado não deve merecer a acolhida dos Srs. Pares, senão vejamos.

Por reserva constitucional, Art. 87, VI, e XVI, da Constituição Estadual, compete privativamente ao Governador do Estado, dispor sobre a organização e ao funcionamento da administração estadual, na forma da lei bem como prover e extinguir os cargos públicos estaduais na forma da lei e com as restrições previstas no Texto Magno Estadual.

O Projeto de Lei nº 338/94, não revela a intenção de o Poder Legislativo imiscuir-se na competência privativa do Poder Executivo. Isto porque, se pretende única e exclusivamente, alterar lei já existente cuja competência originária foi exercida, mesmo que sob a égide da constituição anterior (a qual adotava a mesma determinação quanto à competência privativa) pelo Chefe do Poder Executivo.

De tal sorte, o que se pretende efetivar pelo projeto de lei apresentado é o exercício pelo Poder Legislativo, da sua competência de emendar e apresentar alterações às leis.

No sentido de admitir a propositura de emendas às leis que criem, transformem ou extinguam cargos, funções ou empregos tem se manifestado a melhor doutrina administrativista, desde que a emenda apresentada não desnature a intenção ou o projeto original.

Hely Lopes Meirelles, em sua clássica obra intitulada *Direito Administrativo Brasileiro* ao comentar a matéria ora abordada acentua que: "Negar totalmente o poder de emenda é suprimir uma prerrogativa

institucional do legislativo...".

Tendo assim, o Poder Legislativo competência para emendar leis de iniciativa privativa do Poder Executivo, a modificação proposta deve merecer parecer favorável.

Em não sendo suficiente tal argumentação, analise-se, pois, a matéria sob ângulo diverso.

No que o assunto se refere à natureza das funções exercidas pelos membros do órgão colegiado, releva destacar que por força do § 3º do art. 10 do Decreto nº 1102/87, são consideradas de relevante interesse público.

Com efeito. Tal determinação legal faz com que tais funções públicas não se confundam com o serviço público propriamente dito. Ou seja, os que exercerem as funções públicas no órgão colegiado não são considerados detentores de cargos públicos, não sendo portanto, funcionários ou servidores públicos.

As funções públicas podem ser definidas como toda atividade exercida por agente, funcionário público ou não, para a consecução de um fim de interesse público.

Nessa linha de raciocínio, os integrantes do órgão colegiado, exercentes de funções públicas, classificam-se no gênero de agentes públicos, como particulares em colaboração com o Poder Público, na conceituação de Celso Antonio Bandeira de Mello, ou como agentes honoríficos, na conceituação de Hely Lopes Meirelles.

Definidas as funções dos integrantes do órgão de aconselhamento como de relevante interesse público pelo Decreto nº 1102/87, assim se conceituam os integrantes do órgão de aconselhamento:

"Agentes honoríficos: são cidadãos convocados, designados ou nomeados para prestar transitoriamente, determinados serviços ao Estado, em razão de sua condição cívica, de sua honorabilidade ou de sua notória capacidade profissional, mas sem qualquer vínculo empregatício ou estatutário e, normalmente sem remuneração. Tais serviços constituem o chamado *múnus público*, ou serviços públicos relevantes,..."

"Os agentes honoríficos não são funcionários públicos, mas normalmente exercem uma função pública e, enquanto a desempenham, sujeitam-se à hierarquia e disciplina do órgão a que estão servindo, podendo perceber um pró-labore e contar período de trabalho como serviço público. Sobre estes agentes eventuais do Poder Público não incidem as proibições constitucionais de acumulação de cargos, funções ou empregos (art. 37, XVI e XVII), porque sua vinculação com o Estado é sempre transitória e a título de colaboração cívica,

sem caráter empregatício". (in Direito Administrativo Brasileiro, Hely Lopes Mello, Ed. Malheiros, 17a. Ed. 1992, pp. 75/76).

Não só o pró-labore pode ser acometido aos integrantes do órgão colegiado, mas também ajuda de custo de transporte, diárias e jetons de participação nas reuniões do órgão colegiado, sem que se desvirtue ou desnature as condições dos agentes políticos, detentores de funções honoríficas.

Seguindo os posicionamentos já expostos, cumpre ressaltar que o aumento de vagas do órgão colegiado, não caracteriza, pois, a criação de cargos, matéria privativa do Chefe do Poder Executivo. Caracteriza, indubitavelmente, a ampliação da participação de importante segmento da sociedade, sobretudo dos municípios do Paraná, num colegiado em que são tratados assuntos de seu interesse, de natureza deliberativa, normativa e consultiva, em que se deve levar em consideração, além da honorabilidade, a representatividade e a notória capacidade profissional dos seus integrantes.

Ademais, e como se não bastassem as razões até aqui expostas, a Lei que se pretende alterar, nasceu dentro de outra visão administrativa, a qual tinha dificuldade em reconhecer a autonomia dos municípios e maior ainda em conceber a divisão de responsabilidades e deveres entre os Entes federados.

A realidade em que se aprovou mencionada Lei foi radicalmente alterada pela própria letra constitucional ao conceder-se autonomia aos municípios dentro do sistema federativo (art. 18 da C.F.) e ao determinar-se aos municípios a colaboração destes no sistema estadual de ensino, organizado pelo Poder Público estadual (§ 4º, art. 179 da C.E.).

O processo em andamento e em estado avançado de municipalização do ensino, no Estado do Paraná, por exemplo, intenta passar para os municípios todo o ensino fundamental, aumentando a responsabilidade dos mesmos. Os municípios, pois, com tal processo, deterão em breve o maior contingente de alunos, hoje aproximadamente um milhão num universo de um milhão e seiscentos mil alunos do ensino fundamental, prédios escolares e professores.

Com tais responsabilidades, os municípios desejam - e com razão - participar também dos processos de caráter deliberativo e normativo da educação que ocorre sob sua dependência administrativa, em conjunto com outros setores da educação pública estadual, federal, filantrópica e particular, nos diversos níveis de ensino, formulando assim diretrizes e normas gerais e peculiares ao sistema integrado de

educação no Estado do Paraná.

Assim considerado, as razões expostas são suficientes para determinar a aprovação da matéria dada a sua legalidade, constitucionalidade, sobretudo por ser pertinente.

Sala das Comissões, em 14.12.94.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 338/94

P A R E C E R:

Altera-se ao final do art. 1º do projeto em epígrafe, a expressão Assembleia Legislativa do Paraná, para:

APP - Sindicato dos Professores das Redes Públicas Estadual e Municipais do Paraná.

Parágrafo Único - Com a criação dos Conselhos Municipais de Ensino pela vigência da nova Lei de Diretrizes e Bases, o representante indicado pela Associação dos Municípios do Paraná será substituído pela indicação do Conselho Municipal de Ensino no Paraná.

Sala das Comissões, em 13.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ERNANI PUDELL - Relator

#### ITEM 05

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 358/94, de autoria do Deputado Namir Piacentini, que concede o Título de Cidadã Honorária do Paraná a Senhora Anita Gaspari Albuquerque. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 125, de 25.10.94) Encerrada a discussão.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 358/94

P A R E C E R:

O plano de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Namir Piacentini, visa conceder o Título de Cidadã Honorária a Senhora Anita Gaspari Albuquerque.

Sob análise desta Comissão, emitimos parecer contrário a proposição, por não atender os requisitos exigidos pela Lei nº 5.638, de 18 de setembro de 1967, que dispõe sobre as condições essenciais a concessão do título, tais sejam:

I - desempenho com denodo de função pública;

II - contribuição científica, cultural, artística ou literária;

III - ação em favor de obras de relevante valor social, e

IV - participação ativa na defesa dos postulados democráticos e instituições brasileiras.

Sala das Comissões, em 12.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ERNANI PUDELL - Relator

#### ITEM 06

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº

378/94, de autoria do Deputado Élio Lino Rusch, que suprime da Lei nº 5.340, de 24.05.66, a criação do Distrito Administrativo de Itacorã, no Município de São Miguel do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. (Publ. no D.A. nº 130, de 08.11.94) Encerrada a discussão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 378/94

P A R E C E R:

O plano de lei em exame visa suprimir da Lei nº 5.340 de 24.05.66, o Distrito Administrativo de Itacorã, no Município de São Miguel do Iguaçu, em virtude de a área distrital estar submersa pelas águas do reservatório de Itaipu, bem como alterar o nome do Distrito Judiciário de Itacorã para Itaipulândia.

Sob ponto de vista jurídico, nada obsta ao legislativo proceder as modificações decorrentes do Distrito Administrativo. Todavia, quanto ao Distrito Judiciário, a competência é do Tribunal de Justiça. Entretanto, em vista das informações colhidas na própria justificativa do projeto em questão, dando conta que a titularidade do Distrito Judicial já foi transferida para o Município de Itaipulândia, através da Comissão de Organização e Divisão Judiciária do Tribunal de Justiça, cremos que não há afronta de competência, e no sentido de agilizar a correção, emitimos parecer favorável à proposição.

Sala das Comissões, em 12.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ERNANI PUDELL - Relator

ITEM 07

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 406/94, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, que declara de Utilidade Pública Estadual, a Sociedade Evangelística "Os Atalaías de Cristo" - SEAC, com sede e foro no Município de Mauá da Serra - Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 140, de 28.11.94) Encerrada a discussão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 406/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Edson Silva Lino, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Sociedade Evangelística "Os Atalaías de Cristo", com sede e foro no Município de Mauá da Serra.

Ao analisar a proposição sob os aspectos legal, constitucional e regimental, esta comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorá-

vel, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

ITEM 08

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 407/94, de autoria do Deputado Renato Adur, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Mamborê. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D. A. nº 140, de 28.11.94) Encerrada a discussão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 407/94

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei nº 407/94, de autoria do nobre Deputado Renato Adur, objetiva declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede no Município de Mamborê.

Analisado sob o prisma da Lei nº 6.994, de 10.01.78, a proposta atende os requisitos exigidos, e portanto somos de emitir parecer favorável, aprovando a sua continuidade de tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

ITEM 09

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 423/94, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jundiá do Sul, o trator de esteira marca Fiat, modelo AD-14, ano 1975, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 145, de 07.12.94). Encerrada a discussão.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 423/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Caíto Quintana, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Jundiá do Sul, trator de esteira da Marca FIAT.

Ao analisar a proposição sob os aspectos legal, constitucional e regimental, esta Comissão não encontrou nada que pudesse obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

## ITEM 10

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 425/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que institui Auxílio-alimentação para servidores da Administração Direta e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D. A. n° 146, de 07.12.94). Encerrada a discussão.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI N° 425/94

## P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, tem por objetivo instituir auxílio-alimentação para servidores da Administração Direta.

Ao analisar a proposição sob os aspectos legal, constitucional e regimental, esta Comissão não encontrou nada que pudesse obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

## ITEM 11

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 426/94, de autoria do Deputado Carlos Simões, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense Alegria de Viver, com sede e foro em Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. (Publ. no D. A. n° 146, de 07.12.94). Encerrada a discussão.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

## PROJETO DE LEI N° 426/94

## P A R E C E R:

O projeto de lei em análise, de autoria do nobre Deputado Carlos Simões, objetiva declarar de Utilidade Pública a Associação Paranaense "Alegria de Viver".

Justifica-se a Declaração de Utilidade Pública as nobres funções que desempenha a mencionada Associação. Conforme seus estatutos, são objetivos da mesma:

1. manter casas para abrigar crianças desamparadas, portadoras do HIV/AIDS, possibilitando-lhes melhoria de qualidade de vida e conseqüente estímulo ao próprio existir;

2. estimular a solidariedade em todas as dimensões, desde a que se dirige ao doente de AIDS, até a que garante a todos o direito de informação ampla e democrática.

A matéria não possui quaisquer impedimentos de natureza constitucional, legal ou regimental, estando portanto, em condições de tramitar nesta Casa de Leis.

Neste sentido, manifestamos parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

## ITEM 12

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 055/94, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de plebiscito para que a população decida sobre a criação do Município de Bom Jesus do Sul, a ser desmembrado do Município de Barracão. Encerrada a discussão.

## PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 055/94

## A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## R E S O L V E:

Art. 1° - Autoriza a realização de plebiscito para que a população da área adiante descrita, decida sobre a criação do Município de Bom Jesus do Sul, a ser desmembrado do Município de Barracão:

"Ao Oeste, partindo da nascente da sanga Água Vermelha, marco 127-7 do lote n° 32 da Gleba Divisor, seguindo por linhas secas com a República Argentina até o Município de Santo Antônio do Sudoeste, na nascente do Rio Lageado Grande; ao Norte seguindo pelo Rio Lageado Grande na divisa de Santo Antônio do Sudoeste, até o Rio Pinhalito; ao Leste, com o Município de Salgado Filho, seguindo pelo Rio Pinhalito e Rio das Águas, até o marco 150-A do lote n° 25-D; ao Sul, vindo para o sentido Oeste pelos lotes n°s 25-D, 30 e 33 da Gleba n° 28, lotes n°s 37, 36, 33, 32 e 28 pela Sanga São Roque; 28, 18, 05, 03 e 04 por sanga sem nome; 03 por linha seca e pelo Rio Pinhalito, todos da Gleba 24, segue pelo Rio Pinhalito com o lote n° 35 da Gleba 23, continuando por sanga com os lotes n°s 46, 31, 32, 35, 36 e 60 da Gleba n° 15, seguindo pela mesma sanga com os lotes n°s 35, 34 e 33, da Gleba n° 09; por linha seca com os lotes n°s 04 e 01 até uma sanga sem nome, com os lotes n°s 07, 08 e 10 da Gleba n° 08, seguindo pela divisa dos lotes n° 10 e n° 09 da Gleba n° 08, seguindo por sanga com os lotes n°s 39 e 38, até encontrar o Rio Capanema na Gleba n° 05, seguindo a divisa do lote n° 15 da Gleba n° 04, seguindo por linha seca com o lote n° 21, com o espigão n° 04 que separa o lote n° 20 e com a sanga Água Vermelha que separa dos lotes n°s 20, 22, 23, 24, 34 e 33 dos lotes da Gleba Divisor - 3.<sup>a</sup> parte, até o marco 127-7 na divisa com a República Argentina.

Art. 2° - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Tendo em vista o disposto no Inciso I, do § 84 do Regimento Interno, convoco os Senhores Deputados para se reunirem em sessão extraordinária, quinta-feira, dia 15, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 315/94.

EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s: 326/94, 755/93, 052, 225, 294, 332, 369, 382, 383, 389, 397, 398, 399, 401, 402, 404, 405, 409, 411, 413, 414, 415, 416 e 417/94.

EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s: 594/93, 055, 151, 257, 334, 338, 343,

351, 352, 355, 358, 368 e 372/94.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 378/94.

EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s: 380 e 387/94.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 400/94.

EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s: 406, 407, 423, 425, 426, 427, 428, 430 e 431/94;

dos Projetos de Resolução n°s: 053 e 055/94;

e dos Projetos de Decreto Legislativo n°s 004 e 005/94.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s: 292, 293, 306, 313, 336, 341, 433 e 434/94;

e dos Projetos de Resolução n°s: 054 e 056/94.

Levanta-se a sessão.